

3

Artefatos, Imaginários, (Pós-)Colonialidade e os Espaços da Região

Região é um conceito/construto que invariavelmente implica algum grau de violência. Ao “recortar o espaço”, o espaço outro que dali é forjado possuirá limites reais e/ou imaginados, fundamentados tanto em discursos de identificação e integração como em discursos de diferenciação e afastamento – e os elementos de ambivalência e violência presentes nesses discursos e representações.

Um exemplo emblemático pode ser encontrado nos meandros da discussão realizada por Edward Said em sua famosa obra “Orientalismo”. Said, ele mesmo considerado um indivíduo vivendo em — ou entre — diferentes lugares ao longo de sua vida¹⁵, dedicou parte de seu trabalho à crítica da lógica saber-poder, em moldes de inspiração foucaultiana, presentes nas representações sobre espaços fora do chamado Ocidente. Em Orientalismo, sua crítica se dirige especificamente a apropriação de uma imagem homogênea e problemática do Oriente por parte dos estudiosos dedicados a estudar as “áreas” ou “culturas” não-ocidentais. De maneira geral, o argumento de Said é que, ao se apropriar e difundir uma imagem específica do “Oriente” – através dos estudos culturais, literatura, artes, dentre outros meios – a cultura europeia ganhou força e senso de identidade frente a um Oriente, um “outro”, problemático, inferior, perene e exótico (Said, 2007). As representações difundidas sobre o Oriente seriam, então, fundadas em uma série de binários que denotariam uma geografia imaginativa baseada em uma hierarquia entre o Ocidente e o Oriente. Ou seja, o Oriente seria “uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia” (Said, 2007:28). Crítica comum ao argumento avançado em Orientalismo, contudo, se dá em relação à forma com que, ao intentar subverter a imagem do Oriente enquanto entidade histórico-geográfica homogênea e perene, Said acaba por pecar pelo “Occidentalismo”, ou seja, por de forma semelhante homogeneizar a imagem de um Ocidente – ligado principalmente aos espaços acadêmicos europeus e estadunidenses (Sharp,

¹⁵ Tendo vivido em locais marcados pela diferença, como Jerusalém, Líbano, Cairo e Estados Unidos, em sua autobiografia “Out of Place – A memoir”, Said atesta: “Along with language, it is geography - especially in the displaced form of departures, arrivals, farewells, exile, nostalgia, homesickness, belonging, and travel itself — that is at the core of my memories (...)” (Said, 1999:xvi apud Blunt; McEwan, 2003:1)

2006:27; Sajed, 2006:5). Uma possível resposta a tal crítica – e, de forma ambivalente, um indício de que a crítica tem alguma procedência – é articulada na seguinte passagem:

Comecei com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente tampouco está apenas ali. Devemos levar à sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar de identidades geográficas e culturais –, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente (Said, 2003:31)

Em “Scheherazade goes West”, Fatema Mernissi acaba por utilizar estratégia semelhante à de Said. A autora se propõe a subverter a lógica de representações da mulher muçulmana em sociedades ocidentais. Para tal, Mernissi examina tanto obras literárias e artísticas históricas para sociedades muçulmanas como obras onde o feminino muçulmano e oriental é representado em instâncias europeias. As interpretações de Mernissi são frutos ainda de experiências pessoais próprias de suas viagens a países “ocidentais” enquanto acadêmica e romancista vinda do “Oriente” – nesse caso, Marrocos (Mernissi, 2001). Contudo, nessa tarefa de intentar subverter a lógica problemática e homogeneizadora de representação do feminino muçulmano, Mernissi acaba igualmente seduzida pela representação de um Ocidente monolítico ao mesmo tempo em que critica tal atitude em relação ao Oriente (Sajed, 2006:5-6).

No entanto, para além da crítica por acabarem seduzidos pela mesma falácia que buscam criticar, ambos os trabalhos de Edward Said e Fatema Mernissi sugerem duas tendências tidas como centrais para a discussão que a partir daqui se desdobra: 1) apesar de caírem na mesma lógica totalizante que intentaram criticar, os trabalhos de ambos possuem o mérito de lançar luz sobre nuances da lógica saber-poder que permeia a esfera real-e-imaginada de discursos envolvendo espacialidades e salientam a violência presente em representações totalizadoras – sem, claro, perder de vista a ambivalência presente nas narrativas dos próprios autores; 2) como um desdobramento direto da primeira tendência, ambos adotam uma estratégia semelhante de resistência ao buscar subverter a lógica representacional que se põem a criticar. Ainda que critiquem o potencial

totalizador e violento das narrativas acerca do(s) “Oriente (s)”, recorrem à construção de discursos de diferenciação em relação ao Ocidente epistemologicamente dominador e de integração em relação a espaços ditos não-Ocidentais que, ainda que conformados em suas diferenças, possuem como ponto comum a posição desprivilegiada no âmbito das macroestruturas de poder.

O objetivo central nas linhas que seguem é lançar luz sobre esse potencial totalizador presente no conceito de região, bem como as consequências políticas que podem daí suscitar. De um lado, argumenta-se, se tem o estereótipo com valor negativo e hierarquizante e, do outro, a resistência a partir tanto da diferenciação como da integração enquanto possibilidades que se evidenciam nesse sentido. Para tal, os conceitos de “região como artefato” e “mundos imaginados” servem para iluminar e recuperar a esfera da performatividade presente no discurso da região. Logo, o que se pretende é chamar atenção para as lógicas de poder que permeiam tanto os imaginários espaciais presentes em ideias como “progresso”, “modernidade”, “centro e periferia”, “Norte e Sul”, “Oriente e Ocidente”, “zonas de paz e de guerra”, “eixo do bem e eixo do mal”, dentre outros; como nas esferas de resistência a isso.

Ler a região a partir desses termos – e não (apenas) como um ente geográfico ou geo-gráfico –, parafraseando Sajed (2006), pode se converter num caminho profícuo para desvendar espaços tanto de interseção como de sobreposição, bem como de contestação e tensão que emergem do encontro de ideias e símbolos com diferentes graus de poder. Para além de dizerem algo sobre as esferas da construção e performatividade dos discursos acerca da regional no âmbito da política internacional (Campbell et al, 2007), acredita-se que alguma luz será lançada também sobre as estruturas de poder que permeiam o que, na falta de um termo melhor, entende-se aqui por Modernidade Colonial Global (Dirlik, 2007; Quijano, 2000). O presente capítulo, é válido salientar, deve ser entendido como um prelúdio e como o lançador de bases para os capítulos seguintes, de naturezas predominantemente empíricas.

3.1

A Região como Artefato

A fim de introduzir o que se considera uma perspectiva outra acerca da região é preciso ir além dos entendimentos sobre a dimensão do regional que foram identificados até então no âmbito deste estudo¹⁶. Tendo isso em vista, um dos propósitos centrais é buscar formas de acessar o espaço – ou os imaginários acerca do espaço, seja em dimensão ampla ou através do construto específico da região – como socialmente construído, constantemente performado e, assim, inseparável das relações que o (re)produzem e são por ele produzidos.

A passagem de Henri Lefebvre (1970/2009) sobre a essência política do espaço é especialmente inspiradora aqui:

But now it appears that space is political. (...) If space has an air of neutrality and indifference with regard to its contents and thus seems to be "purely" formal, the essence of rational abstraction, it is precisely because this space has already been occupied and planned, already the focus of past strategies, of which we cannot always find traces. Space has been fashioned and molded from historical and natural elements, but in a political way. Space is political and ideological. It is a product literally populate with ideologies. (...) Why? Because space, which seems homogeneous, which appears given as a whole in its objectivity, in its pure form, such as we determine it, is a social product (p.171)

A perspectiva geral de espaço que informa o entendimento a partir do qual a região é tratada aqui está menos relacionada com uma ideia de “recorte” ou “objeto de conhecimento” – mais contemplada no capítulo anterior. Distingue-se

¹⁶ No capítulo anterior foi ensaiada a tarefa de mapear o imaginário em torno da região tendo em vista a relação desse conceito com a metáfora do internacional e, em alguma medida, do global. O substrato utilizado para análise foi composto, em larga medida, por abordagens que falam a partir das Relações Internacionais. Contudo, diferente do que a forma de apresentação utilizada nesse estudo pode sugerir, não é um objetivo aqui estabelecer uma contraposição – largamente hierarquizante – entre essas abordagens e as que compõem o substrato que apoia a argumentação avançada nessa seção – identificado principalmente com o que se pode chamar aqui de “Geografia crítica”. A ideia não é contrapor narrativas disciplinares, uma vez que se quer é tomado como possível tal empresa, já que disciplinas são elas mesmas nada mais que “lentes” e definições invariavelmente porosas sobre como “olhar o mundo” em sua diversidade (Santos, 2008:19). Ainda que se tenha argumentado que o imaginário em torno da região no âmbito da política internacional é permeado por elementos atrelados à territorialidade e espacialidade do Estado-nação moderno, buscou-se salientar também abordagens críticas a esse imaginário implícito e que falam, em alguma medida, a partir das Relações Internacionais. Menos atento a chaves disciplinares – uma vez que, mais uma vez, essas mesmas são difíceis de localizar e “capturar” – o que se quer salientar aqui é a pluralidade de perspectivas existentes em torno da região, a violência contida nesse conceito, mas também as possibilidades em torno dele. Dessa forma, a perspectiva avançada nessa seção deve ser entendida como uma busca por chaves interpretativas menos violentas e mais reflexivas em torno da região, bem como mais adequadas para lançar “um outro olhar” sobre a regional – um olhar que, inclusive, permita desvelar os elementos de poder inerentes a construção e ao estabelecimento de verdades sobre a região.

mais propriamente por seu objetivo epistemológico, no sentido de uma entrada para reflexão ou “um ‘outro olhar’, mais amplo e abstrato, e cuja ‘problemática’ específica se confunde com uma das dimensões fundamentais da sociedade, a dimensão espacial” (Haesbaert, 2009:105). Diz-se que se confunde com a dimensão espacial não por não estar a ela relacionada, mas por dever ser encarada mais a partir da sua performatividade — ou espaços de performatividade — do que por sua configuração enquanto ente dotado de territorialidade ou aspecto geográfico¹⁷. O que não quer sugerir, contudo, como já foi salientado acima, que o espaço seja entendido aqui como algo inerte, ahistórico e apolítico (Lefebvre, 1970/2009). As “sensibilidades” espaciais são apenas parcialmente situadas e objeto de luta constante entre o dizível e o concebível (Allen, 2009; Lefebvre, 1991) e, tão logo, se modificam ao longo de sua contextualização histórica e geográfica (Haesbaert, 2010a). Nesse sentido, antes de prosseguir na discussão sobre a região tal qual será tratada no âmbito desse estudo, considera-se importante dispor de mais algumas linhas para esclarecer como é interpretada aqui a relação entre espacialidade e região.

Especialmente cara aqui é a crítica de Lefebvre ao que chama de “dupla ilusão” que permeia as espacialidades modernas. Essa dupla ilusão se performa

¹⁷ Em “Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial”, Haesbaert (2009) se ocupa do debate, amplo e muito caro à Geografia, sobre os conceitos de espaço e território e a amalgamação “espaço-território”. Ainda que esteja fora do escopo desse estudo adentrar às complexidades desse debate, é importante notar que autor rompe com a dualidade advogada, por exemplo, por Raffestin (1993) na qual o território é precedido pelo espaço e está intimamente ligado aos processos de “apropriação”, em qualquer nível e, tão logo, não limitado ao estatal, do espaço. Nas palavras de Raffestin (1993), “Da ‘prisão original’ que é o espaço o homem passaria à ‘prisão construída’ por nosso trabalho e pelas relações de poder que o acompanham. Numa visão materialista, ‘o espaço é, de certa forma, dado como se fosse uma matéria prima’, a ‘realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática’ (p.144 apud Haesbaert, 2009:104). Tal perspectiva vai diretamente de encontro com avançada por Lefebvre, na qual o espaço é algo socialmente produzido e não se trata, em hipótese alguma, de um “a priori”, algo inscrito na natureza (Lefebvre, 1970/2009). Como salienta Haesbaert (2009), no que tange à perspectiva Lefebvriana sobre o território, fica implícito na obra do autor um entendimento do território como algo que “privilegiaria a dimensão política (sobretudo estatal) desse espaço socialmente produzido”. É tendo em vista essas complexidades que Haesbaert (2009) opta pela imbricação “espaço-território” e pela expressão “territorialidade”. Nas palavras desse estudioso: “Propomos, nesse caso, optar pela expressão ‘territorialidade’ – já que não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua ‘materialização’ se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (no sentido abstrato de ‘qualidade ou condição de ser território’ quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). O caso da ‘Terra Prometida’ dos judeus é sempre o primeiro exemplo que nos vem à mente, pois a uma referência sobre um espaço simbólico não correspondia um território em seu sentido material – embora, é claro, muitos processos concretos de ‘territorialização’ tenham se desencadeado (...) a partir dessa identidade em que um dos elementos fundantes era a referência geográfica à ‘Terra Prometida’” (p. 106)

através do binário real/imaginado cujos aspectos se traduzem na ilusão realista e na ilusão da transparência, respectivamente. De forma simplificada, a ilusão realista se resume na armadilha da concepção do espaço como referencial reificado e, portanto, indefinidamente reconhecível em sua natureza incontestada, pura e material. Já a ilusão da transparência, ligada à esfera do imaginado, assume que há uma ligação direta e não problemática entre o imaginado e as representações que dele emergem – bem como a compreensão dessas representações. A forma serve como mediadora fiel entre a atividade mental (invenção) e a atividade social (percepção ou concepção) e isso se aplica ao espaço que, nesse sentido, acaba assumindo uma aparência inócua e livre do elemento poder (Lefebvre, 1991). Ambas as ilusões criticam e se alimentam uma da outra simultaneamente, criando uma lógica que mascara espacialidades alternativas em relação a essa visão binocular que, por sua vez, está amplamente relacionada a outros binários que também colonizaram o pensamento espacial moderno – sujeito/objeto e materialismo/idealismo (Allen, 1999). Dentre outras nuances, daí se depreende que o espaço, seja ele tido como real ou imaginado, só se torna um “espaço concebível” quando da esfera do poder emergem condições de possibilidade para tal. Nesse sentido, “a dupla ilusão estrutura um discurso espacial dominante que retrata o real e o imaginado numa busca antagônica pela Verdade espacial” (p.257).

Nessa linha, o espaço deve ser concebido como um todo complexo e constituído simultaneamente por três momentos interdependentes e relacionados ao espaço real-e-imaginado (Lefebvre, 1991). As três configurações espaciais ou três “momentos” do espaço propostos por Lefebvre se constroem a partir da distinção entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Tais categorias estão ligadas, respectivamente, aos momentos do espaço como “percebido”, “concebido” e “vivido” (Lefebvre, 1991:38-39). O espaço percebido se refere à vida cotidiana e suas práticas espaciais que são facilmente reconhecidas e discutidas. É o espaço que é “visto” ou “sentido” como uma “presença” que teve seu significado social normalizado. Ainda que similar à ideia de espaço real, refere-se mais especificamente ao sentido de realidade concentrado no corpo do indivíduo e na absorção e reprodução acrítica de espaços objetivados do senso comum (Allen, 1999). O espaço concebido, por seu turno, se manifesta nas representações imaginadas que se convertem em formas normativas

do conhecimento espacial. Segundo Lefebvre, esse é o espaço dos cientistas, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais de maneira geral e está ligado à habilidade de permitir os indivíduos tanto a “ver” como “não ver” o mundo (Lefebvre, 1991; Allen, 1999). O espaço concebido é, de forma mais ampla, a força hegemônica da espacialidade ligada “aos tipos homogêneos de logocentrismos espaciais, subjugando (...) a subjetividade espacial”, e é particularmente importante na medida em que “domina e codifica o que é percebido enquanto submerge o espaço vivido” (Allen, 1999:259). Por fim, o terceiro momento do espaço social é o espaço vivido que, simplificadamente, é o espaço da representação e da resistência. O espaço vivido se (re)produz a partir das contradições e das reflexões e resistências suscitadas em torno do concebido (Lefebvre, 1991; Allen, 1999). O espaço vivido é a síntese do espaço enquanto dimensão socialmente construída – e que vai além do dualismo real/imaginado, mas se configura como algo “real-e-imaginado”.

Esse debate é de particular relevância para o raciocínio que se desenvolve aqui na medida em que se admitirá que a própria concepção da região como construto se relaciona de várias formas com esses ditos três momentos do espaço. Contudo, como identificar os processos que estão por trás das dinâmicas que culminam nesse tipo de espacialização? Algumas dessas dinâmicas já foram identificadas no capítulo anterior, na medida em que, como salienta Haesbaert, são muitas as relações possíveis de serem trabalhadas tendo como horizonte de pensamento aquilo que comumente é denominado como questão ou abordagem “regional”.

Santos (1996) chama atenção para o fato de que a região não só não desaparece como assume uma complexidade jamais vista. “Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (Haesbaert, 2010b:1). Nesse sentido, a globalização serve de metáfora para atestar a crescente complexidade com que se dá o desenho espacial e o entrecruzamento das dimensões relacionais e os sujeitos que a constroem (Haesbaert, 2010b). Avessos ao conceito de globalização e o potencial generalizador e dehistoricizador por ele assumido, Freitag e Oppen (2010) sugerem o conceito/a perspectiva metodológica de “translocalidade” para salientar o papel dos fluxos na conformação do espaço, bem como os contextos, subjetividades e processos materiais a ele relacionados.

Logo, o conceito de translocalidade é útil no sentido de englobar uma série de sentidos e formas possíveis de performatividade imbuídas na ideia de região avançada até aqui – e que poderiam ser deixadas às margens. Translocalidade denota aqui não só uma constância de fluxos (de ideias, bens e pessoas), mas principalmente os espaços-momentos que resultam desse intercâmbio no que se entende por “local” – que não necessariamente se refere a algo dotado de alguma essência ou fixidez, e que permanece como algo passível de um olhar crítico (Freitag; Oppen, 2010:6). Como esclarecem os autores:

The perspective of translocality, it should have become clear by now, focuses neither exclusively on movement, broadly conceived, nor on a particular order, real or imagined. Rather, it investigates the tensions between movement and order. In comparison to the discussions under the paradigm of globalisation, which emphasise mobility, flows and the transgression of boundaries, translocality conceptually addresses the attempts to cope with transgression and with the need for localizing some kind of order. (...)

It has become mostly accepted by now that locality is “produced” socially and culturally, often in contexts of heightened mobility of different scale, and of transgression of boundaries, which were already noted to be central to translocal perspectives on localities. However, bounded identities of place or region and related senses of belonging are often fuelled by increased mobility of people and transfers of goods, values and discourses (Freitag; Oppen, 2010:8-9)¹⁸

De forma a ilustrar a questão, tem-se o estudo de Scheele (2010), que faz uma ponte interessante entre a noção de translocalidade e o construto da região. Scheele busca trazer uma leitura do regional a partir desse conceito e, a partir disso, se atém a examinar as dinâmicas que poderiam constituir Kabyilia, área situada ao norte da Argélia onde predomina a língua berbere, enquanto tal.

Furthermore, delimitations of regions often carry within them traces of past or present power relations and political projects, and might easily become self-fulfilling prophecies; they are therefore easier to deconstruct than to defend. One way of avoiding these problems might be to adopt the notion of borders as suggested more than half a century ago by French geographers keen to dispel

¹⁸ É importante esclarecer também que, assim como Freitag e Oppen (2010) salientam, o termo “translocalidade” de forma alguma deve ser entendido como uma forma de negar a importância do referencial Estado-nação enquanto (re)produtor de contextos, meios de regulação e imaginários em torno das noções de identidade, comunidade, etc; ou ainda que reflita uma tendência a privilegiar “lugares” e “regiões” em detrimento de estados. Por outro lado, enquanto os autores admitem que o conceito de translocalidade adotado como algo que emerge como consequência do estudo da Ásia, África e Oriente Médio, busca-se aqui, em contrapartida, se desvencilhar do essencialismo ou exotismo que tal asserção pode sugerir. De forma simplificada, acredita-se que o conceito de translocalidade ajuda a compor uma agenda outra de pesquisa que não (necessariamente) esta presa ao referencial espacial do Estado moderno e tampouco à noção de espaço enquanto construto perceptível apenas em sua dimensão territorial.

threatening German ideas about ‘natural borders’: to shift our focus of investigation away from a region’s boundaries towards its core and the forces that keep it together. (...) In such an approach, regions are inevitably dynamic, not static, and contain differences of attraction that hold them together. They are thus politically and economically charged and in themselves expressions of inequalities, rather than similarities; they are never only geographically or even historically determined, but are maintained by constant exchange, movement and activity; rather than as an area that could be coloured in on a map, they appear as significant spheres of action and thought. Such an approach, however, as attractive as it might seem at first, leads to severe methodological difficulties, as regions might overlap or shift over time

Mais do que um território situado em um mapa ou uma região política subordinada ao Estado argelino, a autora lança um olhar para características predominantemente – mas não só – endógenas que poderiam encaixar Kabylia nesse entendimento específico de região. Diferentemente de fronteiras físicas ou processos normativos definidores de regiões políticas (ou territórios regionais) subordinadas ao Estado Argelino, o caráter construído e constantemente performado de Kabylia enquanto suposto berço do berberismo e enquanto “passagem” entre a África e a Europa e o Ocidente e o Oriente, além das redes de intelectuais ali estabelecidas, seriam os fatores que caracterizariam sua regionalidade (Scheele, 2010). Logo, há uma soma de fatores, reais-e-imaginados, que conformariam esse caráter dinâmico da região – e, tão logo, o que a torna tão difícil de “capturar” enquanto espacialidade evidente. Mais do que um *artifício* (Haesbaert, 2010a) da própria autora no sentido de viabilizar um olhar generalista sobre a área de Kabylia, evidenciou-se um conjunto de práticas cotidianas performáticas em relação à, então, região. E mais do que o cotidiano vivido, a carga imaginária fundada em heranças de uma tradição supostamente fundamentada naquele lócus – o berberismo –, também compõe essa regionalidade.

Tendo isso em vista, é importante salientar ainda que a perspectiva sobre região trazida aqui não deve ser encarada como uma fórmula a ser aplicada a qualquer espaço. O termo “região” será mantido para o que é identificado como esses “espaços-momento que resultam em uma articulação espacial (ainda que mutável e “porosa”)” (Haesbaert, 2010b:21). Logo, a importância maior recai não em identificar “verdades” acerca do que pode ou não ser considerado “região”, mas sim sobre às formas com que o espaço (e principalmente a esfera entendida por “região”) vem sido imaginado politicamente. Dessa forma, como salienta

Allen (1999), lançar o foco unicamente para o espaço em si não é suficiente, na medida em que a forma com que o espaço é tratado na esfera da teorização pode atuar como ferramenta material e metafórica na reprodução de marginalizações. Tal ponto será retomado num momento posterior.

No que tange à perspectiva que aqui predomina sobre a região, ou seja, a região como um construto social constantemente performado e (re)produzido, Paasi (2002) chama atenção ainda para o senso de “comunidade imaginada”, tal qual atestado em Anderson, presente também na região. Nesse sentido, a região se baseia tanto em identificações/classificações sociais coletivas, mas também em “práticas múltiplas nas quais narrativas hegemônicas de uma entidade e identidade regional específica são produzidas, se tornam institucionalizadas e são constantemente reproduzidas (e desafiadas)” (Paasi, 2002:805). A região, suas fronteiras, símbolos e possíveis instituições são, em última instância, expressões de luta constante sobre os significados associados a espaço, representações, tradição, identidade e, como será discutido mais adiante, resistência.

Haesbaert (2010a) salienta que, mesmo como “artifício”, ou seja, como construção analítica, e, tão logo, abstração, a região não deixa de ter certa relevância enquanto indicadora e viabilizadora de direções e estratégias (políticas) (p.93). Entretanto, é preciso ir além de um entendimento da região apenas como artifício do analista ou como algo perene ou ligado somente à geopolítica do internacional/nacional. A região, conforme se argumenta aqui, é um lugar favorável para a incorporação e tradução de projetos globais diversos – que podem tanto ser germinados tendo a região como plataforma, como ser região ela própria imaginada a partir deles. Dessa forma, a ideia de “artefato” contribui para romper com a dualidade por vezes advogada entre a região como construção meramente analítica ou percebida, e a região como produto material-funcional e/ou simbólico da ação dos sujeitos e de processos sociais diversos (Haesbaert, 2010b:7). Nas palavras de Haesbaert (2010a):

(...) a região/regionalização como arte-fato – uma expressão que busca conjugar, ao mesmo tempo, o caráter “factual” ou, num sentido mais amplo, fenomênico (e que extrapola a dimensão material, tão frequentemente priorizada, estendendo-se pela concepção do simbólico e do “vivido”), e o caráter “arti-ficial” ou em perspectiva não dicotômica, construtivo/construtivista da região. Consideramos que o termo “arte-fato” (ou, se quisermos, artefato) consegue sintetizar bem essa ambivalência ou, de outra forma, esse caráter relacional do espaço regional (p.95-6)

Nesse sentido, a região aparece como um processo que se localiza nos meandros da articulação dos três momentos interdependentes do espaço sugeridos por Lefebvre – com atenção para a transposição entre o concebido e o vivido. Tal distinção, porém, é de caráter predominantemente heurístico. Vale ainda mencionar que a região possui também a face – ainda que não somente ela – de um processo de “invenção” discursiva – não divorciada, contudo, do caráter “real-e-imaginado” que permeia essa prática criativa. E, a partir daquilo que é dito ou não-dito, a região se configura como um componente – por vezes mais e por vezes menos reversível – da imaginação acerca de espaços e indivíduos (Said, 2007). Tal movimento pode resultar tanto em formas viabilizadoras de projetos de reinvenção e resistência traçados endogenamente e que fazem o regional explícita ou implicitamente valer enquanto uma plataforma (Bensmaïa, 2003; Sajed, 2008) como pode, em contrapartida, resultar em narrativas totalizantes e homogeneizantes que despolitizam a região e submergem sua definição enquanto um construto. Assim, como coloca Albuquerque Júnior (1999),

[a] região se institui, paulativamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. (...) Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem (p.46 apud Haesbaert, 2010b:69)

Na mesma linha, Silveira (2007) também chama atenção para como o vocábulo “região”, assim como “nação”, e seus derivados ocultaram (e ainda ocultam) discursos e representações de poder sob as vestes de alguma neutralidade.

Portanto, vista como uma instância política e de conflitos, “região” (como suas derivações) não pode ser concebida como um dado ou referência pronta. Não é uma unidade territorial que possui uma diversidade, e sim o fruto de uma estratégia de homogeneização que ocorre no embate de forças que dominam outros aspectos que também são “regionais”. Ela é móvel, aberta e atravessada pelas relações de poder (Silveira, 2007:62)

Por fim, e já como ponte para a próxima subseção, recupera-se brevemente o conceito de “mundos imaginados” cunhado por Appadurai (1996). A ideia de “mundos imaginados” se refere à imaginação historicamente situada de pessoas e grupos que se propaga e constitui visões múltiplas sobre espaços, indivíduos e

contextos (Appadurai,1996)¹⁹. Esses imaginários estão presentes tanto em visões de oficiais e de intelectuais, como na visão de grupos menos privilegiados de uma sociedade. Para além de meras percepções, esses imaginários tendem a constituir – bem como a se sobrepor ou substituir – verdades sobre o mundo – ou seja, encontram-se intimamente relacionados à lógica saber-poder mencionada anteriormente. Logo, está relacionada ainda à forma com que sujeitos locais imaginam e (re)produzem espacializações e ainda à forma com que esse imaginário está presente em abordagens analíticas sobre determinados lugares. É nesse sentido que será apresentada a discussão no tópico a seguir, a ver, de como esses “mundos imaginados” estão presentes de forma mais ou menos evidente no âmbito do que será chamado aqui de Modernidade Colonial Global – ela mesma uma espécie de termo para traduzir as dinâmicas específicas dos “mundos”, lugares e contextos aqui imaginados.

3.2

Navegando a Modernidade através da Pós-Colonialidade

O prefixo “pós-“ pode denotar complexidades que vão além de uma ideia geral de suplantação. Mais do que suplantação ou posicionamento crítico frente às manifestações da colonialidade, o que se entende aqui por “pós-colonialidade” possui a peculiaridade de “assombrar”²⁰ diversos locais do espaço social (O’Riley, 2007). Em um museu da ex-metrópole ou da ex-colônia (Appiah, 1991; Muppidi, 2012) ou no romance do intelectual franco-maghrebino (Bensmaïa, 2003; Sajed, 2008), para citar exemplos, a pós-colonialidade assume a forma de um fetiche, de um elemento mediador na ânsia por desvendar a identidade marcada pelo trauma – em relação ao vivido e imaginado ou em relação ao não-vivido e mesmo assim

¹⁹ Appadurai, por sua vez, se inspira em Benedict Anderson e seu trabalho sobre “comunidades imaginadas” para cunhar esse conceito.

²⁰ Nas palavras de O’Riley: “The haunting of the colonial frequently turns on what is undoubtedly a well-intended desire to relate to the Other, the silenced, and the hidden, but it also reveals a more problematic inability to situate resistance, and mobilize memory for such purposes, in relation to ever-increasing transnational conditions that often deny or obfuscate forms of situated or positioned resistance. Haunting is pervasive in postcolonial thought precisely because of its affective dimension, a dimension that creates a sense of the imminently important, present, and disruptive. (...) Yet, the use of haunting in postcolonial theory as a placeless yet always-quotable mode of resistance also suggests a lurking anxiety concerning the ways that situated conflicts and encounters are not always aligned with the often intangible nature of new transnational realities and postcolonial forms of oppression” (2007:1-2)

imaginado. É a ânsia por se afastar do que não se pode escapar, mas também a ânsia por encontrar e recuperar o que não pode ser recuperado.

E por que se entende como válido aqui ler o conceito/ideia/construto de “região” através das lentes do Pós-Colonialismo? O Pós-Colonialismo se apresenta como um movimento que permite transgredir fronteiras disciplinares e questionar as esferas do poder que se manifestam nos atos de dividir e categorizar – e que vão além dos contextos de colonização direta. Assim, um trabalho cuja inspiração teórica é emanada dos estudos pós-coloniais – sem desconsiderar, claro, a diversidade e as divergências dentro dessa corrente – torna possível uma narrativa outra acerca da política internacional e dos “espaços” que a constituem – que, como já frisado, vão muito além do Estado e do sistema internacional. Seguindo a linha de Paolini (1999), Darby (2006), Alina Sajed (2008), Himadeep Muppidi (2012) e outros autores de alguma forma envolvidos com nuances dessa linha de pesquisa, é uma preocupação aqui recuperar a esfera da “diferença” e das representações acerca dessas diferenças. Diferenças essas que, vale ainda mencionar, são por vezes convertidas em categorias homogeneizadoras como “exótico” ou “subdesenvolvido” – esse último no sentido de simular tanto uma condição permanente como uma condição inferior no âmbito de processos dotados de uma teleologia (Doty, 1996). Da mesma forma, vale lembrar que o discurso da diferença pode se converter em outra via, que é a vida da resistência a essas categorias. Logo, discurso, representação e força criativa são elementos constituidores desses processos, seja no que concerne às estruturas duradouras da colonialidade seja em relação à esfera da resistência, invariavelmente ambivalente e híbrida que daí emerge. Contudo, como pondera Grovogui (2002) parafraseando Mignolo (1995), é preciso considerar a esfera dos discursos pós-coloniais que necessariamente está relacionada e reflete diferentes histórias coloniais, linhas de argumentação e *loci* de enunciação do teórico ou crítico em questão (Grovogui, 2002:36) – ou seja, ainda que existam pontos em comum nesses discursos, ambas as ações de essencializar ou generalizar não parecem proveitosas. Tais pontos serão retomados nas linhas a seguir e ao longo dos demais capítulos. Por ora, a observação de Paolini (1999) deve ser levada em conta:

The attempt to define and characterize postcolonialism should not mask the essential heterogeneity of the discourse. Indeed, to refer to postcolonialism as a

discourse is misleading in itself. Because it encompasses differing perspectives and theoretical inputs, postcolonialism is not a uniform body of writing. It includes distinct movements and overlapping concerns, a fact that makes a delineation between the central tropes of difference, resistance, ambivalence, and hybridity extremely difficult (p. 52)

Sobre o sentido que é conferido à “pós-colonialidade” no âmbito desse trabalho, é mister desconectar o termo “pós-colonial”, bem como as ideias que dele derivam, de algo ligado somente a uma experiência colonial anterior e, posteriormente, a um processo de descolonização formal. O prefixo “pós-“ pode denotar também uma relação dual que remete tanto ao anticolonial que emerge logo após a colonização, como ao poder remanescente do legado colonial em moldar a realidade que veio *a posteriori* e não se limita (somente) aos espaços das ex-colônias (Quijano, 2000; 2009; Dirlik, 2007; Muppidi, 2012). Exemplos da persistência da colonialidade, sob formas menos evidentes que a colonização, podem ser localizados nos próprios Estados fabricados nesses processos de descolonização, onde parte da população ainda é sujeitada a estruturas opressoras herdadas do colonialismo²¹. Ou ainda, podem ser localizados em todos os lugares a todo tempo se o que se tem em mente é um referencial sistêmico e sistemático ligado às estruturas de dominação forjadas – seja no funcionamento do capital multi/transnacional seja na produção do conhecimento a partir de referenciais supostamente universais. O último ponto diz respeito ao que Dirlik (2007) entende por Modernidade Colonial Global ou o que Quijano (2000) chama de Sistema Moderno Colonial – guardadas as diferenças entre essas abordagens²². A modernidade colonial é o referencial que se desdobra nas categorias inter-relacionadas “eurocentrismo” e “colonialidade do poder” (Quijano, 2000). Essas categorias, por sua vez, se manifestam intersubjetivamente na forma com que o conhecimento é produzido, no padrão mundial de produção (capitalismo), no

²¹ Sobre esse ponto, ver: Bustos, R.; Mañé, A. Argelia: estructura postcolonial de poder y reproducción de élites sin renovación. In: BRICHS, F. I. (ed.). Poder y Regímenes en el mundo árabe contemporáneo. Espanha: CIDOB, pp.61-97, 2009; e

Feliu, L.; Parejo, M. A. Marruecos: la reinención de un sistema autoritário. In: BRICHS, F. I. (ed.). Poder y Regímenes en el mundo árabe contemporáneo. Espanha: CIDOB, pp.105-144, 2009

²² De forma simplificada, Quijano (2000) fala de um processo que teve suas origens na expansão marítima europeia que culminou na colonização das Américas nos fins do século XV e na constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial (p.193). Já Dirlik (2007) se refere a um processo mais recente e ligado às colonizações a partir do início do século XVIII e que representou a expansão dos padrões econômicos e políticos antes limitados a áreas específicas do globo.

discurso racial e nas formas consideradas legítimas de organização política (Quijano, 2000).

Não é intenção aqui se enveredar para as complexidades de um debate sobre parte e todo, contudo, tendo em vista a preocupação em identificar e problematizar representações totalizantes, se faz importante algum esclarecimento sobre o referencial “Modernidade Colonial Global” conforme adotado aqui. A discussão é levantada por Quijano (2009) em um capítulo intitulado “Colonialidade do poder e classificação social”. Embora o autor esteja especialmente preocupado em teorizar as relações entre o que chama de paradigma epistemológico eurocêntrico (paradigma sistêmico) e a possibilidade do conhecimento específico fundado na experiência (paradigma orgânico), suas asserções podem ser adaptadas para a questão que aqui paira. A ver, o que foi chamado de Modernidade Colonial Global aqui de forma alguma deve ser entendido como uma totalidade no sentido de um paradigma ou contexto histórico homogêneo. Trata-se mais propriamente de uma malha de relações sociais articuladas de forma heterogênea, mas fundamentadas nas capilaridades do poder emanadas de um campo de relações maior que o que lhes corresponde (Quijano, 2009:83). Nesse sentido, as palavras do próprio autor são esclarecedoras para entender o referencial Modernidade Colonial Global não como algo uno, mas como condição de possibilidade para emergência de processos de diferenciação e tradução entre diferentes espaços e múltiplos *loci* de enunciação:

Nesse confronto entre as ideias orgânicas e sistêmicas de totalidade, de um lado, e a negação de toda a ideia de totalidade, do outro, parecerá, pois, tratar se de opiniões muito contrastantes, inclusive referidas a perspectivas epistêmicas não conciliáveis. Ambas têm, no entanto, uma linguagem eurocêntrica comum: nas duas posições, o paradigma eurocêntrico de totalidade é o único pensável. Dito de outro modo, nas duas subjaz o pressuposto nunca explicitado e discutido, já que nunca foi uma questão, de que toda a ideia de totalidade implica que o todo e as partes correspondem a uma mesma lógica de existência. Ou seja, tem uma homogeneidade básica que sustenta a consistência e a continuidade das suas relações, como num organismo, ou numa máquina, ou numa entidade sistêmica. (...)

A resposta é que na existência societal as relações entre o todo e as partes são reais, mas necessariamente muito diferentes das que postula o eurocentrismo. Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sócias estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes (Quijano, 2009:85-86)

Assim, o questionamento central não é onde o pós-colonial começa ou termina, mas onde a (pós-) colonialidade pode ser encontrada (Loomba, 1998:14) e até que ponto o prefixo “pós-“ traz algum sentido se entendido como indicador de alguma suplantação. Dessa forma, colonialidade e pós-colonialidade serão utilizados aqui como equivalentes na medida em que, ainda que o prefixo “pós-“ possa indicar uma possibilidade de crítica em relação aos elementos da colonialidade, entende-se que esse é um elemento do qual não se pode fugir por completo no âmbito do que se chamou aqui de Modernidade Colonial Global. Entretanto, como pondera Darby (2006), tal “fluidez” e discurso da onipresença da colonialidade presente nas teorizações do Pós-Colonialismo não devem ser entendidas como aplicáveis a quaisquer situações. Existem, contudo, “áreas onde o engajamento é necessário” e uma delas é o que foi chamado aqui de metáfora do internacional/global e os processos a ela atrelados (Darby, 2006:3) – incluindo determinadas perspectivas acerca do regional.

Segundo a crítica levantada por Appiah (1991), a pós-colonialidade, de maneira geral, se manifesta como um fetichismo ocidental, dado que a suplantação denotada pelo “pós-“ não teria tido lugar. Nesse sentido, a pós-colonialidade é uma encenação produzida pela *intelligentsia* que tem origem nas ex-colônias, é educada na ex-metrópole e atua como mediadora na comercialização de commodities culturais na periferia. Tal perspectiva, contudo, obscurece qualquer esforço de resistência que, ainda que não culmine numa transcendência, possa conter elementos genuínos de desconforto e crítica. E, nesse ponto, alcança-se o que Spivak chama de “dupla negativa”, que é o reconhecimento de que “não se pode querer não habitar” os espaços das estruturas hegemônicas que compõem a Modernidade Colonial Global, mas que esses espaços são justamente a condição de possibilidade para a emergência de uma crítica (Krishna, 2009). Exemplo disso é o questionamento de Himadeep Muppidi (2012), ao atentar para a relação entre pós-colonialidade e seu ofício enquanto intelectual que emerge das fraturas pós-coloniais e ao mesmo tempo delas não pode escapar: “Terei eu, no processo da pós-colonização, esquecido o que significa ser anticolonial? Ou, nunca foi o anticolonialismo realmente objetivo o meu ser?” (p.21). Em última instância, Spivak e Muppidi não falam de transcendência, mas da possibilidade de criticar internamente. Da mesma forma

que outras nuances já apresentadas aqui, esse será um ponto importante mais adiante e que será retomado nos próximos capítulos.

O outro aspecto relacionado à crítica se traduz no próprio título da obra mais recente de Muppidi (2012), “The colonial signs of International Relations”:

Colonialism is, I believe, one such ugly experience of international relations. While historically the experience of colonialism has been a traumatic one for many people, its modern understanding in international relations appears to lack any memory of its pain and its horror. Contemporary theorists of the international translate/conceptualize colonialism primarily as an asymmetry of state power and governance involving gains and losses, and concerns about racist attitudes. Subtracting the racism and governing correctly, it follows from their arguments, might actually make colonialism a desirable model of governance of our times. Postcolonial theorists have yet to properly counter such translations effectively. (...) [A]nd in doing so re-opening multiple “layers of possibility” and the larger spaces of political in international relations that are foreclosed by such translations (p.8)

Assim, continuidades e rupturas são incorporadas de forma que o termo “pós-colonial”, como ilumina Clifford (1997),

(...) makes sense only in an emergent, or utopian, context. There are no postcolonial cultures or places: only moments, tactics, discourses. 'Post-' is always shadowed by 'neo-'. Yet 'postcolonial' does describe real, if incomplete, ruptures with past structures of domination, sites of current struggle and imagined futures (p. 277 apud SAJED, 2008:194).

Logo, a pós-colonialidade será entendida como um referencial que conjuga elementos diversos que se entrelaçam e se sobrepõem – como conhecimento, tempo, espaço, poder, comunidade política, resistência, dentre outros²³, – e que se traduz em momentos que emergem, por sua vez, nos mais diversos espaços. Em última instância e de forma ambígua, pode-se dizer que a pós-colonialidade “está em todos os lugares e em lugar nenhum” (Darby, 2006:4). E aqui faz sentido também a sugestão de Dipesh Chakrabarty (2000) de que o uso de referenciais dotados de alguma totalidade ou universalidade são problemáticos no contexto contemporâneo. O que se pode intentar acessar, em última instância, são os processos que se desdobram entre diferentes espaços e a política específica de tradução nesses diversos lugares ou, para usar o termo de Walter Mignolo (2003),

²³ A título de esclarecimento, sobre a crítica por vezes levantada sobre as perspectivas com inspiração no Pós-Colonialismo desconsiderarem o aspecto material e privilegiarem a esfera subjetiva das relações de poder (Nash, 2002), parte-se aqui do pressuposto de que o que alguns preferem particularizar enquanto “processos materiais” devem ser encarados não só como imbuídos, mas também como condição de possibilidade para a constituição desses sistemas intersubjetivos de significado (e vice-versa).

múltiplos “*loci* de enunciação”. “Com o que se pareceria tal processo de tradução entre diferentes espaços, entre múltiplos *loci* de enunciação, entre aqui e lá, entre múltiplas imagens?” – é a questão geral de Muppidi (2012:67), mas que o presente estudo poderá apenas ensaiar alguns caminhos possíveis de reflexão.

Ambos Quijano (2000;2009) e Dirlik (2007), como já exposto, partem de um entendimento de modernidade como um processo de vestes estruturais, embora fragmentadas, que está interligado e é reproduzido (de forma desigual e distinta através dos diferentes espaços e contextos) por meio de relações de poder. O entendimento da modernidade como processo é o que permite, por sua vez, concebê-la a partir da noção de “encontros” e desvendar a heterogeneidade que caracteriza tais encontros e os “momentos” de manifestação da colonialidade. Assim, o que se tem por “a” Modernidade atualmente apenas pode ser compreendido como um projeto possivelmente local que atingiu vestes globais (Mignolo, 2003) não de forma independente, mas através desses “encontros” – e que agora é encenado de maneiras distintas nos mais diversos espaços sociais²⁴ e que já não pode ser entendido enquanto algo à parte dessas diferentes encenações (Mitchell, 2000). Nesse sentido, assumir que “a” Modernidade se configura como um projeto que ganha vestes globais não permite olhá-la como um fenômeno único, e tampouco entendê-la somente a partir da noção de múltiplas modernidades (Mitchell, 2000). São as condições de fronteira ou liminaridade que emergem da ambivalência nas relações emanadas dos dois referenciais “global” e “local”²⁵ que, acredita-se, permitem algum acesso aos momentos performativos da Modernidade – também ambivalente, global e local e, portanto, “translocal”.

²⁴ Essa amplitude de entendimentos acerca da Modernidade e da Colonialidade fica clara no exemplo pessoal que Mignolo (2003) conta, onde ele e a acadêmica tunisiana Rashida Triki tiveram dificuldades de compreender um ao outro durante uma palestra pelo fato de terem entendimentos diferentes acerca da noção histórica de Modernidade – para Mignolo, um fenômeno ligado ao duplo modernidade/colonialidade performado na experiência da colonização na América ao passo que para Triki a ideia de colonialidade não fazia sentido até o momento da chegada dos franceses no Maghreb (Mignolo, 2003:80).

²⁵ Sem desconsiderar, contudo, o desconforto existente aqui no uso desses referenciais – principalmente no que tange às relações dicotômicas que podem daí emergir. Sobre esse ponto, Sajed (2008) traz uma leitura de Walter Mignolo que ajuda a amenizar esse desconforto: “He [Mignolo] does not conceive the ‘local’ and the ‘global’ as two reified categories. Rather he makes a subtle but significant distinction between local histories with aspirations towards global designs, and other local histories, seen as those spaces in which the coloniality of power of global designs is both negotiated and resisted. His intention is thus to localize knowledges with universalistic pretensions (...). Mignolo does not imagine the encounter between these two kinds of local histories as a univocal impositions of power, material structures and knowledge. Instead he acknowledges that this violent encounter has been mediated by complicity, resistance, adaptation, and indifference” (Sajed, 2008:171).

A ideia de translocalidade denota aqui o intervalo de fluxos entre o que, seguindo a linha de Walter D. Mignolo (2003), chamou-se de projetos globais (melhor entendido como projetos locais que adquiriram vestes globais a partir das relações desiguais de poder que permeiam os ditos “encontros” entre diferentes histórias locais) e encenações locais. Nesse sentido, a translocalidade se refere à própria transgressão de fronteiras físicas e epistemológicas, reais e imaginadas. Assim, para além do papel de uma escala que se interpõe entre o individual e o sistêmico (ou o local e o global, para usar termos mais afins com o aparato teórico aqui adotado), a região aparece como efeito dessas relações translocais que caracterizam a modernidade colonial (Sajed, 2008; Appadurai, 1996). A translocalidade se manifesta aqui ainda através das ideias ligadas à busca por autonomia e dos imaginários em torno da comunidade política. Da mesma forma, translocalidade remete ao *fluxo* de ideias e práticas.

3.2.1 Captura, Inserção e Resistência

Tendo em vista a possibilidade da pós-colonialidade, conforme entendida aqui, atuar como mediadora entre a busca por e a performance de identidades, tem-se dois movimentos diferentes ligados à produção da região. Enquanto lócus que se localiza nos meandros do real-e-imaginado, a região se apresenta como resultado da produção e reprodução de dinâmicas tanto de integração – no sentido de evidenciar possibilidades de identificação e ligação – como de diferenciação. É nesse sentido que, no âmbito desse estudo, diz-se que a região é resultado, mas também viabilizadora de movimentos de *captura*, *inserção* e *resistência*. Contudo, antes de esclarecer as noções por trás dessas três chaves sugeridas para interpretar a região, é importante tecer algumas asserções acerca da noção de resistência e suas implicações na própria cunhagem dessas três categorias de caráter unicamente heurístico.

A referência geral utilizada aqui sobre a temática da resistência reside na interpretação da perspectiva de Homi Bhabha (1998) sobre o caráter híbrido, mimético e ambivalente do discurso colonial, mas encontra alguma inspiração também nos trabalhos de Edward Said (2007; 2011).

Em primeiro lugar, a perspectiva de Bhabha acerca da identidade cultural se mostra importante para a compreensão do próprio conceito de “região como

artefato” (Haesbaert, 2010a; 2010b), apresentado na seção anterior. Nos termos de Bhabha, no âmbito do discurso colonial não se pode falar simplesmente de um processo de absorção cultural unilinear e puro entre a autoridade colonial e o nativo – para manter os termos do autor. Diferente disso, os próprios termos dessa tradução, dessa negociação e “internalização” por parte do nativo é o que vai constituir a corrupção do discurso original, consideradas a incomensurabilidade de idiomas e diferentes visões de mundo em jogo (Krishna, 2009). É nesse sentido que Bhabha fala de hibridismo. Hibridismo se refere aos “terceiros espaços” ou “entre-espaços” que são forjados no âmbito dessa negociação impossível entre aquele que “domina” e o que é “dominado” – termos que são utilizados aqui por vias de exposição, sem querer sugerir que sejam duas instâncias muito bem definidas dentro do discurso colonial tal qual entendido por Bhabha. De fato, essa é a definição de cultura que paira em seu trabalho na medida em que, para ele, a cultura é em si um “trabalho fronteiro” (Bhabha, 1998:27), um constante esforço de tradução no qual híbridos ou terceiros espaços emergem. Entendido como “nem uma coisa nem outra” (p. 51), o híbrido é algo que emerge desse processo de tradução, mas é diferente de uma síntese ou uma relação dualista nos moldes “Eu/Outro”. Considerando que não é um objetivo aqui adentrar a fundo na discussão sobre cultura em Bhabha, vale sugerir uma síntese que se aproxima da noção de performatividade que acompanha o entendimento avançado aqui sobre a região como artefato. Logo, nos termos de Bhabha, culturas não são definições homogêneas, perenes e pré-constituídas ao encontro com a diferença, ou seja, pacificamente contidas em espacializações como nação, civilização, Estados e regiões, mas são formadas, enunciadas e performadas a partir desses encontros (Bhabha, 1998:24; Krishna, 2009:96). Seguindo essa linha, residiria aí então o problema em definir previamente e com base em supostas identidades culturais a região ou área de estudo – ainda que não possam ser descartados enquanto pontos de partida devem ao menos ser constantemente desestabilizados²⁶.

²⁶ É nesse ponto que reside também a crítica de Bhabha à ideia de diversidade cultural enquanto um discurso totalizador. Nas palavras do autor: “A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (p. 63). No lugar da diversidade cultural, Bhabha sugere o conceito de “diferença cultural” na medida em

Antes de recorrer especificamente à discussão sobre resistência e força criativa presentes em Bhabha, é interessante observar, ainda que brevemente, como o papel do estereótipo tal qual definido pelo autor no âmbito do discurso colonial se assemelha às perspectivas totalizantes que culminam em um dos sentidos da região como captura, tal qual sugerido aqui. A leitura do estereótipo feita por Bhabha está atrelada aos termos de um fetichismo, no sentido de forjar uma estrutura mitológica de origem histórica e pureza cultural (e racial) sobre a qual se assenta a suposta (e impossível) separação entre o que domina e o que é dominado. Nas palavras do autor:

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação... (Bhabha, 1998:117)

No que tange às possibilidades de resistência, que é o ponto central nessa altura da discussão, observa-se uma intrigante ausência dessa palavra em si ao longo das páginas de “O local da Cultura”, de Bhabha. No entanto, o entendimento de cultura avançado por Bhabha (1998) e as observações sobre a “ambivalência” no âmbito do discurso colonial são as chaves para mapear essas possibilidades nos termos de seu trabalho. De forma simplificada, pode-se dizer que a ambivalência do discurso colonial – e da resistência a ele, ponto que se quer destacar aqui – reside tanto nos termos do dominante como do dominado. Do lado do dominante/colonizador, a confiança em sua suposta superioridade civilizacional e, portanto, condição de possibilidade para sua posição enquanto tal, é constantemente minada pela necessidade de reconhecimento aos olhos do colonizado. Da mesma forma, o “nativo” colonizado, ao mesmo tempo em que repudia os termos do dominador e contra ele deseja lutar, acaba preso ao desejo de subverter os papéis. Assim, Bhabha fala da “a ameaça da mímica e sua visão dupla que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade” (p. 133). Portanto, a ambivalência está no âmago do encontro colonial (Krishna, 2009:90) e, por que não, da pós-colonialidade.

que “concentra-se na ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação” (p. 64).

Considerando que a identidade é algo que emerge nas fraturas desses “encontros”, uma leitura possível da perspectiva de Bhabha sobre as possibilidades de resistência a qual se faz eco aqui é a avançada por Krishna (2009):

What is central to Bhabha’s thinking is not merely that the postcolonial self was irretrievably fractured, but that the source of creativity, writing, politics, and engagement with one’s social world lay precisely in this fracture... [The political project of overcoming] alters the vision from that of mastery or dominance over life and reality to that of surviving the day (...).

In preference to a politics of transcendence or of overcoming, one that sees decolonization as a possibility, Bhabha emphasizes a presentist and performative politics of resistance, which, in a colonial context of highly unequal power, is often oriented toward survival. Culture is a crucial component of such strategies of survival in colonial times, and this carries over with greater intensity, if anything, into contemporary or postcolonial time, according to him. Bhabha’s emphasis on culture as a product of injury, alienation, nostalgia, as the intellectual life-worlds of a people being out of join with their own time and place, and as a form of self-defense, somehow rings truer than archaic notions of culture as the highest forms of aesthetic representation in relatively enduring, settled, and pacific spaces with uncontested borders and a united populace (p.93-94, 97)

Já no que concerne aos indícios de resistência presentes na perspectiva de Edward Said (2007) em “Orientalismo”, como já mencionado nas linhas introdutórias do capítulo, há uma apropriação de um discurso totalizador nos moldes daquele que se pretendia combater, mas com o intuito de subvertê-lo – ou seja, um discurso contra-hegemônico (Paolini, 1999:69). Em “Cultura e Imperialismo”, por seu turno, Said (2011) se dedica mais explicitamente à tarefa de analisar as possibilidades de resistência ao colonialismo e à colonialidade. Entregando-se a um esforço sobretudo descritivo Said identifica inicialmente dois momentos da resistência no contexto das lutas contra a colonização: o inicial, da luta direta contra a intromissão externa, e o período posterior, de resistência “ideológica”, fundamentado na busca por reconstituir ou reinventar uma “comunidade estilhaçada” – contexto em que os nacionalismos afloram em territórios antes coloniais (Said, 2011:328-329), bem como reimaginações acerca do passado e nativismos radicais, como os que produziram conceitos como “négritude, fundamentalismo islâmico, arabismo e outros do mesmo tipo” (p.355). Aqui Said salienta também o papel da chamada escrita de resistência. A escrita de resistência, na visão do autor, é embasada numa espécie de “viagem para dentro” na medida em que tem como objetivo principal e em comum a busca por uma concepção alternativa da história humana, um “esforço consciente para ingressar

no discurso da Europa e do Ocidente para se misturar a ele, transformá-lo, fazer com que reconheça histórias marginalizadas, suprimidas ou esquecidas” (Said, 2011:338).

Sem assumir o objetivo de forjar grandes semelhanças entre as leituras sobre resistência que podem ser extraídas de Bhabha e Said, observa-se em ambos, contudo, a presença de alguma força criativa nos interstícios da colonialidade. Por outro lado, enquanto que em Said pareça haver alguma possibilidade de transcendência através da resistência, em Bhabha há, como citado, uma ênfase na esfera performativa da resistência através não de uma total apropriação ou inversão de narrativas dominantes, mas da criação de espaços de tradução, “entre-espaços”. E esses são os pontos que precisam ser mantidos aqui.

Contudo, ao se lidar com algo tão ambivalente e cheio de significados como a noção de resistência, é sempre pertinente refletir acerca de determinadas questões – menos simples do que podem aparentar –, como sugere Paolini (1999): contra o que exatamente se está resistindo? Como tal projeto de resistência será conduzido? E, mais importante, por que a necessidade de resistência? Nas linhas sugeridas pelas abordagens identificadas com a noção de pós-colonialidade e nos termos trabalhados aqui, pode-se tentativamente sugerir que a razão de ser da resistência está, sobretudo, na suplantação dos discursos/representações/processos dominantes no âmbito da Modernidade Colonial Global. No entanto, como Paolini também pondera, existe uma tendência a superestimar o potencial desses ditos discursos dominantes e dotá-los de certa coerência interna não necessariamente existente (1999:72).

Assim, retomando mais uma vez a busca por olhar o construto “região” através de lentes teóricas do Pós-Colonialismo, pode-se dizer que há um movimento da “captura” do social através do encapsulamento em torno de um imaginário regional que se dá através da homogeneização de espaços, contextos e sujeitos – lembrando, mais uma vez, da crítica inaugurada em Said (2007), e as perspectivas trabalhadas anteriormente nesse capítulo. E cabe bem aqui a perspectiva de Bhabha (1998) sobre o estereótipo que, tal como sugerido anteriormente, não se trata de algo totalmente falso, mas contado como a única história e uma história dotada de fixidez – que acaba atingindo algum valor de verdade dentro da lógica saber-poder que alimenta as formações discursivas no âmbito do conhecimento geográfico (na falta de um termo melhor) e, tão logo, das

representações acerca dos espaços-região. Exemplos desse tipo de “captura” dentro de uma lógica espacial que pode inclusive sugerir regionalizações estão nas ideias de oposição entre Norte/Sul, Oriente/Ocidente, Primeiro/Terceiro Mundo (Krishna, 2009) ou ainda na definição de um “eixo do mal” no âmbito da dita Guerra ao Terror promovida por instâncias estadunidenses (Campbell et al, 2007; Krishna, 2009). Há ainda o movimento de repensar a pós-colonialidade enquanto âmbito de resistência e busca por autonomia, onde a região – enquanto repositório de uma tradição imaginada e/ou enquanto uma plataforma de inserção – aparece como horizonte a partir do qual emergirão essas possibilidades. Movimentos esses, no entanto, não livres de alguma ambivalência ou violência.

Se em um primeiro momento o estudo se concentrou no mapeamento de elementos do que se chamou aqui de topologias da região no âmbito do internacional e do global, esse segundo momento deve ser encarado como uma busca por ferramentas teórico-analíticas que possibilitem acessar o construto da região sobre outras bases menos exploradas. Bases essas que, por sua vez, permitam vislumbrar a região não apenas enquanto uma topologia bem demarcada e facilmente identificável em meio às metáforas espaciais modernas, tal qual o internacional, o global e, em alguma medida, o local, mas também enquanto estratégia discursiva, real-e-imaginada, atrelada a esforços de diferenciação e identificação, inserção e resistência.

As leituras opostas e sobrepostas da região ou regionalização iluminadas até aqui serão ilustradas com mais vagar ao longo dos dois próximos capítulos, onde o horizonte empírico da pesquisa finalmente se descortina. Da mesma forma, as noções de região como “captura”, “plataforma de inserção” e de “resistência” serão categorias heurísticas que acompanharão a análise.